



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E
MUSEOLOGIA

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: Um Guia para a
Museologia

VICTORIA CRISTINA CAVALCANTI COELHO DA SILVA

RECIFE

2022

Victoria Cristina Cavalcanti Coelho da Silva

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: Um Guia para a
Museologia

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia.

Aprovado em: 27/05/2022
Orientador (a): Elaine Muller

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cavalcanti Coelho da Silva, Victoria Cristina.
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: Um Guia para a Museologia / Victoria
Cristina Cavalcanti Coelho da Silva. - Recife, 2022.
40p

Orientador(a): Elaine Müller
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -
Bacharelado, 2022.

1. acessibilidade atitudinal. 2. inclusão. 3. pessoa com deficiência. 4.
acessibilidade. 5. museologia. I. Müller, Elaine. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio do ano de 2022 (dois mil e vinte dois), realizou-se no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH (via google Meet) a sessão de Defesa Pública da Monografia intitulada: **Acessibilidade atitudinal: um guia para Museologia** elaborada pela aluna: Victoria Cristina Cavalcanti Coelho da Silva, CPF nº 013.974.474-60, deste Curso de Bacharelado em Museologia, referente ao segundo semestre de 2022. A Banca Examinadora, composta pelos Professores: **Elaine Müller** (orientadora), **Francisco Sá Barreto dos Santos** (Membro interno) e **Rômulo José Benito de Freitas Gonzales** (Membro externo), deu início aos trabalhos às 14 horas e 25 minutos.

Após a aluna ter apresentado uma síntese do seu trabalho e respondido às questões formuladas por cada um dos membros da Banca, estes se reuniram reservadamente para fazer o julgamento.

O Presidente anunciou aos presentes o seguinte parecer:

- 1) Aprovado Plenamente (X)
- 2) Aprovado com Revisão ()
- 3) Reprovado ()

Notas da banca (valor por extenso): DEZ - DEZ -
DEZ Média: DEZ - 10,0

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será por mim assinada e pelos examinadores.

Recife, 27 de maio de 2022.

Universidade Federal de Pernambuco
(UFPE) Centro de Filosofia e Ciências
Humanas (CFCH) Departamento de
Antropologia e Museologia (DAM) Curso
de Bacharelado em Museologia
Av. da Arquitetura, s/n, 13º Andar, Cidade Universitária,
Recife - PE. CEP: 50.740-550
Fone: (081) 2126-7380
E-mail: secretariademuseologia.ufpe@gmail.com

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais por serem a minha base, foi por vocês que tentei e cheguei até aqui, nada me deixa mais feliz ao ar orgulho... obrigada por todas as noites que ficaram esperando no carro enquanto minhas aulas acabavam. Aos meus irmãos, aqueles que posso contar a qualquer momento. E por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer a Deus por caminhar comigo nessa jornada.

RESUMO

O presente estudo abordou o conceito e questões relacionadas à acessibilidade atitudinal nos museus e espaços culturais. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e coleta de dados como artigos, pesquisas e publicações para defender a importância da adoção da acessibilidade atitudinal como ferramenta para proporcionar um museu mais inclusivo e acessível. Abordou a pessoa com deficiência e sua diversidade para fundamentar o argumento que a acessibilidade está além da arquitetônica. A acessibilidade atitudinal se trata de uma questão ainda pouco explorada, o número de museus e espaços culturais que adotam esta prática é mínimo. A partir deste quadro, tornou-se interessante a investigação da compreensão do que vem a ser acessibilidade atitudinal e como essa prática poderia ser incluída no cotidiano museológico.

Palavras-chaves: acessibilidade atitudinal; inclusão; pessoa com deficiência; acessibilidade; museus; museologia

ABSTRACT

The present study addressed the concept and issues related to attitudinal accessibility in museums and cultural spaces. Bibliographic research publications and data collection such as articles, research to defend the importance of adopting attitudinal accessibility as a tool for building a more inclusive and accessible museum. It approached the person with a disability and its diversity to support the argument that accessibility is beyond architectural. Attitudinal accessibility is an issue still little explored, the number of museums and cultural spaces that practice it is minimal. Based on this framework, it became interesting to understand what attitudinal accessibility is and how it could be considered in museum daily life.

Keywords: attitudinal accessibility; inclusion; disabled person; accessibility; museums; museology

INTRODUÇÃO	8
1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: BREVE APANHADO HISTÓRICO	10
1.1 História dos Direitos das Pessoas com Deficiência	12
1.2 Os diferentes tipos de deficiência	15
1.3 Tipos de Acessibilidade	16
2. ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS	19
2.1 Leis e normas brasileiras que regem a acessibilidade	19
2.2 A acessibilidade atitudinal como ferramenta essencial para os museus	22
2.3 Proposições práticas de acessibilidade atitudinal	25
3. O MUSEU E SUA RELAÇÃO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	31
3.1 PCDs como funcionários do museu	31
3.2 Os educadores dos museus e seu papel na acessibilidade	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como principal foco conhecer a acessibilidade atitudinal como ferramenta essencial para a melhoria da inclusão das pessoas com deficiência nos espaços museológicos. Como uma instituição que deve receber a todos, representar e atender diversas comunidades, o museu deve estar pronto para acolher qualquer pessoa que deseje consumir a cultura, então seus profissionais precisam responder a esse desafio. Receber visitantes com perfis diferentes significa ter uma equipe treinada para melhor atendê-los de acordo com suas necessidades.

A acessibilidade atitudinal se trata da eliminação de atitudes preconceituosas e estigmas sobre as pessoas com deficiência (SASSAKI, 2005) é apontada por essas pessoas como a principal ação de equidade e inclusão. Na maioria das vezes, as barreiras atitudinais acontecem de forma subentendida ou inconsciente, fazendo com que o outro coloque uma barreira sem sequer perceber o que acabou de dizer ou fazer. Para isso, é importante começar a praticar ações de sensibilização e conscientização para a diversidade humana e oficinas para promover o protagonismo das pessoas com deficiência. Entender que cada um é diferente e tem características próprias é o primeiro passo para compreender a pluralidade da sociedade em que vivemos.

Ações inclusivas são aquelas que beneficiam um público diversificado, seja ele pessoa com deficiência ou não. No entanto, em algumas situações, é preciso saber lidar com as diferenças e como agir para, de fato, incluir a pessoa com deficiência em um ambiente. É preciso entender que cada pessoa tem um funcionamento diferente, características específicas e que não somos iguais. Somos todos diferentes, porém, temos todos os mesmos direitos.

Segundo estudos desenvolvidos por Sasaki (2005), existem seis tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática, as quais este estudo referiu-se. Mas a acessibilidade atitudinal é fundamental porque é a partir dela que podemos discutir as demais, porque como uma pessoa sem deficiência vai considerar fazer um bom acolhimento da pessoa com se não pensar nela como parte de seus visitantes e da sociedade.

As questões ligadas à acessibilidade na museologia são pouco discutidas, principalmente no âmbito acadêmico e acaba sendo refletido na escassa produção no

que se refere a este tema. Devemos registrar que, por mais importante que seja a garantia do direito ao acesso aos museus, e por mais abrangentes que sejam as medidas adotadas para facultar as pessoas de todos os tipos de acesso físico, sensorial e cognitivo às instituições museais, essa garantia continuará precária enquanto os processos de criação de projetos e museus continuarem sendo operados exclusivamente por determinados grupos sociais, economicamente privilegiados e politicamente dominantes.

Diante disto, nota-se a necessidade de referências de pesquisa e trabalhos acadêmicos que apontem novos olhares e apresentem novas propostas sobre essa temática. Este estudo trata-se exatamente disso.

No primeiro capítulo, abordo o conceito da pessoa com deficiência, os diferentes tipos, terminologia, história e direitos. No segundo capítulo, explano a acessibilidade, suas leis - no Brasil e na museologia – com o intuito de destacar que houve preocupação na sua criação para garantir o acesso das pessoas com deficiência dentro do museu, mas que ainda há muito trabalho a ser feito. Também a variedade de acessibilidade para compreender e se aproximar daqueles que dela necessitam. Trouxe essencialmente a acessibilidade atitudinal e além de seu conceito, proponho dicas de como aplica-lá.

Por fim, trago como proposta a relação do museu com a pessoa com deficiência como profissional e visitante, mostrando os benefícios de nos ter trabalhando e colaborando diretamente com museus para a construção e melhoria da acessibilidade. Aponto também métodos de educação atitudinal e maneiras de como adotá-los.

1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA: BREVE APANHADO HISTÓRICO

O que vem à sua mente quando você ouve as palavras “pessoa com deficiência”?

Essa questão foi levantada por Francesca Rosenberg¹ durante o desenvolvimento de alguns programas de acessibilidade do Museu de Artes Moderna de Nova York. Quando feito essa pergunta às pessoas sem deficiência tendem a dar respostas similares – cadeira de rodas. Embora isso faça sentido, pois uma cadeira de rodas é um signifiante altamente visível de uma deficiência física, ela é apenas uma das características da pessoa com deficiência. História, nós temos história, e ela é ignorada pela sociedade que resume a deficiência e sua inclusão a uma rampa e vaga de estacionamento (que convenhamos é pouquíssimo respeitada). A história da pessoa com deficiência é tão relevante quanto qualquer outra.

Para começarmos a entender a enorme importância da acessibilidade precisamos conhecer e se aproximar daqueles que necessitam dela, procurar compreender o motivo pela qual a inclusão precisa estar presente na sociedade e porque discussões como esta são necessárias. O tratamento e concepção em relação à pessoa com deficiência se deram de diferentes maneiras em civilizações durante a história, hoje em dia os padrões da inclusão parecem ser mais comuns e presentes na atualidade.

Traçar uma linha do tempo da história da pessoa com deficiência pode-se provar um desafio diante de poucos estudos sobre a inclusão e comportamento da sociedade diante da pessoa com deficiência, mas torna-se possível compreender como a sociedade se comportava diante a PcD, – sigla que significa Pessoa com Deficiência. Antigamente as pessoas que apresentavam tais características eram chamadas de “portadores de deficiência”, esta nomenclatura caiu em desuso. A nomenclatura atual foi adotada a partir da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência das Nações Unidas, em 2006, desde então, convencionou-se que se deve utilizar este termo.

No Egito antigo, as questões referentes à deficiência, especialmente físicas, não eram vistas como motivos de exclusão e discriminação por parte da sociedade.

¹ Diretora de Comunidade, Acesso e Programas Escolares, Departamento de Educação do Museu de Artes Modernas de Nova York.

Os egípcios demonstraram certa preocupação com pessoas que possuíam certas limitações e tentavam integrá-las socialmente.

De acordo com a doutora em Direito Maria Aparecida Gugel, evidências arqueológicas indicam que há 5 mil anos, as pessoas com deficiência faziam parte das diferentes classes sociais do Egito antigo, desde os escravos até os nobres e faraós. A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos.

Já na Grécia antiga, as deficiências eram tratadas de maneira diferente. A sociedade grega possuía a cultura de supervalorizar o corpo humano, sendo intolerante com qualquer tipo de característica física que não se enquadrava aos padrões gregos. Uma das razões para a intolerância era a formação militar da Grécia. Os homens deveriam ser aptos e capazes de participar ativamente de guerras e batalhas, enquanto as mulheres deveriam ser capazes de gerar crianças saudáveis.

Sendo assim, ao nascer, se algum atributo físico era considerado deformidade ou anormalidade, o bebê era sacrificado. Também segundo Gugel, o sacrifício era realizado por abandono, por exposição, ou ainda, por arremesso de uma cadeia montanhosa chamada Taygetos.

A Política, Livro VII, Capítulo XIV, Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL, 2007, p. 63)

Na Roma antiga, a intolerância contra pessoas com deficiência também era uma realidade. A Lei das Doze Tábuas, que constituiu a origem do direito romano, determinava o sacrifício de bebês que nasciam com má formação física.

Aos pais era permitido matar as crianças que nasciam com deformidades físicas, pela prática do afogamento. Relatos nos dão conta, no entanto, que os pais abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados.

A mudança de concepção nas sociedades europeias em relação à deficiência ocorreu principalmente com o surgimento do Cristianismo. A visão religiosa dominante durante o período da Idade Média (476-1453) e da Idade Moderna (1453-1789) enxergava a deficiência como uma punição ou um castigo divino, em que a pessoa que a possuía deveria conviver com ela para “pagar” os seus pecados.

Nesse sentido, a pessoa com deficiência adquire um status humano, possuidor de alma, não devendo mais ser descartado da sociedade como antes. Segundo a doutora em Educação Especial, Aline Maira da Silva, o abandono nessa época passou a ser condenado e as pessoas com deficiência passaram a ser acolhidas, principalmente em asilos e conventos. Mas isso não resultou diretamente na integração das PcD nos mais diversos âmbitos econômicos, políticos e sociais das comunidades da época. A hostilidade e o preconceito continuaram a ser praticadas contra essas pessoas, que ainda eram vistas como inúteis socialmente. Essa concepção perdurou até a Idade Contemporânea, quando se manifesta a noção de inclusão na sociedade.

História dos Direitos das Pessoas com Deficiência

A proposta de uma sociedade inclusiva começou a ganhar forma especialmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O continente europeu estava assolado e então se tornou preciso retomar as atividades econômicas e industriais da região, que carecia de mão de obra. Todo esse contexto gerou um impacto revolucionário na história da pessoa com deficiência e na sociedade, que passou a buscar soluções e alternativas para incluir as PcD de maneira plena na sociedade. Com isso, foi na década de 1970 que a discussão relacionada aos direitos das Pessoas com Deficiência realmente ganhou destaque, quando começaram a surgir as primeiras declarações da história dos direitos das pessoas com deficiência.

O documento que marca a primeira conquista na história dos direitos das pessoas com deficiência é a Declaração dos Direitos de Pessoas Com Deficiência Mental, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1971. Foi o primeiro documento internacional a tratar especificamente sobre as garantias das pessoas com deficiência intelectual, reconhecendo o direito aos cuidados médicos, à proteção contra abusos ou exploração e o direito à igualdade. Anos mais tarde, em

1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.²

Esse documento englobava todas as deficiências e possuía o objetivo de reafirmar os direitos humanos e as liberdades fundamentais das PcD, prevendo mecanismos para a promoção e o desenvolvimento social e econômico dessas pessoas. Nesse sentido, hoje, diante da diversidade humana é indispensável que a sociedade pense na inclusão e equidade para diferentes grupos.

Levaram anos - séculos na verdade - para que os direitos das PCDs começassem a ser reconhecidos, foram anos de luta para chegar aos que temos hoje. Ainda assim, a sociedade tende a ignorar tudo o que foi construído, então sempre é necessário lembrar dessa trajetória e conquista para que tenhamos em mente a importância da acessibilidade e porque a respeitar.

- 1829 – Louis Braille, nascido na França, se tornou cego aos três anos de idade, criou o alfabeto braille, hoje em dia é usado como sistema de escrita tátil até os dias de hoje.
- 1893 – É decretado, no Reino Unido também na Europa, o Ato de Educação Elementar, designado a responsabilidade da educação de crianças com deficiência auditiva visual para as autoridades locais.
- 1960 – As Paraolimpíadas (maior evento esportivo global envolvendo pessoas com deficiência) são oficialmente realizadas pela primeira vez, em Roma, na Itália.
- 1971 - A Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência Mental é elaborada pela ONU, reconhecendo pela primeira vez os direitos das pessoas com deficiência.
- 1975 – A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências é desenvolvida pela ONU, reafirmando os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.
- 1981 – É declarado, também pela ONU, como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.
- 1991 – A Organização Internacional do Trabalho elabora a Convenção nº 159, estabelecendo normas internacionais sobre a inclusão das PCD no ambiente de trabalho.

² Fonte de pesquisa para esse tópico: site Politize!

<https://www.politize.com.br/equidade/tema/direitos-das-pessoas-com-deficiencia>

- 1994 - É realizada a Conferência Mundial sobre Educação Especial na Espanha, que resulta na publicação da Declaração de Salamanca, estabelecendo o direito à educação inclusiva com base no princípio da igualdade.
- 1999 - A Convenção de Guatemala é promulgada pela Organização dos Estados Americanos, prevendo eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência no continente americano.

A Assembléia Governativa da Rehabilitation International aprova a Carta para o Terceiro Milênio, enfatizando que é preciso a cooperação de toda a humanidade para que o respeito à dignidade de todos seja garantido. Estabelecendo como meta para o terceiro milênio, que a sociedade global alcance a inclusão total das pessoas com deficiência, otimizando o seu bem estar físico, mental e funcional.

- 2002 – O Conselho Europeu aprova a Declaração de Madrid, em 23 de março de 2002, o principal documento sobre os direitos das pessoas com deficiência no continente europeu.
- 2006 – A ONU elabora a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, principal documento internacional para a proteção das pessoas com deficiência no mundo.
- 2015 – O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão) é elaborado no Brasil, prevendo respeito aos direitos fundamentais das pessoas com deficiência no país.

Foram séculos de luta e esperança buscando o simples direito de existir em sociedade, entender a história da pessoa com deficiência é vital porque ajuda aqueles que nunca necessitam desses direitos a entender o motivo de muitas pessoas com deficiência ainda passarem por muitas dificuldades e desvantagens sociais.

Por muito tempo, a discriminação e a exclusão dessas pessoas não foram apenas aceitas pela sociedade, mas também incorporadas às diversas formas organizacionais e estruturais da sociedade. Isso porque até a chegada do modelo social da deficiência na segunda metade do século XX, as medidas e ações de integração social das PcD não visavam adequar o ambiente às suas necessidades. Portanto, o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência com base no modelo social é recente, o que significa que esses direitos devem ser fortalecidos e implementados.

Os diferentes tipos de deficiência

Os vários tipos de deficiência podem afetar a audição, o movimento, a visão, o pensamento, a aprendizagem, a comunicação, a saúde mental, a memória e as relações interpessoais de uma pessoa. Algumas deficiências se manifestam mais abertamente do que outras. Além disso, as deficiências podem ocorrer em várias fases da vida de uma pessoa. Por exemplo, os bebês podem desenvolver deficiências desde a gestação. Ou, uma criança pode ter uma lesão cerebral traumática após cair, o que pode afetar a memória. Um adulto jovem pode desenvolver depressão ou transtorno de ansiedade grave, dificultando o gerenciamento de situações sociais. Um homem pode desenvolver perda auditiva na meia-idade, o que pode afetar sua fala. Por último, uma pessoa idosa pode perder a visão devido ao desenvolvimento de glaucoma. Esses tipos de deficiência existem em todas as regiões do globo (WALLACE, 2018)

- Deficiência física: Uma deficiência física engloba qualquer deficiência que limita a mobilidade de um indivíduo. As deficiências físicas podem afetar a função dos membros ou do corpo inteiro. As deficiências físicas podem limitar a acessibilidade das atividades diárias. As deficiências físicas comuns incluem paralisia cerebral, espinha bífida, distrofia muscular e defeitos cardíacos.
- Deficiência visual: A deficiência visual refere-se à perda de visão incorrigível resultante de doença, trauma, condições congênitas ou degenerativas. Indivíduos com deficiência visual não respondem a lentes corretivas refrativas, medicamentos ou cirurgia. Os profissionais médicos definem os indivíduos com deficiência visual como tendo uma das três deficiências, incluindo uma acuidade visual inferior a 20/60, um defeito de campo central, um defeito de campo periférico e redução da sensibilidade ao contraste de pico. Indivíduos com deficiência visual são parcialmente cegos, com baixa visão, legalmente cegos ou totalmente cegos.
- Deficiência auditiva: Indivíduos com deficiência auditiva tem dificuldades em perceber as frequências sonoras normalmente ouvidas pela maioria das pessoas. Perda auditiva leve pode não se qualificar como deficiência auditiva. Indivíduos com perda auditiva leve podem responder ao uso de aparelhos auditivos.
- Deficiência Intelectual: As deficiências intelectuais referem-se a uma ampla gama de distúrbios que afetam a capacidade de compreender a informação processada. As deficiências intelectuais, comumente conhecidas como deficiências cognitivas e retardo mental, podem se manifestar em qualquer faixa etária. A deficiência intelectual pode impor limitações à capacidade de um indivíduo de andar, falar e cuidar de si mesmo. Alguns indivíduos com deficiência intelectual precisam de

ajuda para vestir-se e alimentar-se. Indivíduos com deficiência intelectual podem ter dificuldade em se adaptar a situações sociais à medida que envelhecem.

- **Saúde Mental e Deficiências Emocionais:** Uma doença mental, ou transtorno psicológico, impõe sofrimento subjetivo que pode refletir no comportamento de um indivíduo. Indivíduos mentalmente doentes geralmente apresentam desenvolvimento anormal que está fora das normas culturais. Os transtornos mentais afetam como um indivíduo se sente, age, pensa e percebe o mundo objetivo. A doença mental afeta regiões específicas do cérebro e do sistema nervoso, geralmente em um contexto social. Os distúrbios mentais existem há centenas de anos; no entanto, a compreensão cultural mudou ao longo do tempo. O estabelecimento médico moderno apenas começou a definir suas causas, sintomas e efeitos. Os tipos mais comuns de transtornos mentais incluem ansiedade, psicótico, humor, alimentação, transtornos obsessivos, viciantes e de personalidade.
- **Deficiência de desenvolvimento:** Deficiências de desenvolvimento, ou defeitos congênitos que impedem o crescimento e o desenvolvimento de uma ou várias partes do corpo humano, afetam o cérebro, a medula espinhal e o sistema nervoso. Indivíduos com deficiências de desenvolvimento podem apresentar problemas comportamentais, convulsões, incapacidade de se mover e dificuldades de comunicação. Algumas deficiências de desenvolvimento comuns incluem distúrbios intelectuais e de desenvolvimento, distúrbios do espectro autista, distúrbios metabólicos, deficiências sensoriais e distúrbios degenerativos.
- **Deficiências Invisíveis:** Deficiências invisíveis referem-se a condições debilitantes que não produzem sintomas observáveis. Indivíduos com deficiência que sofrem de deficiências invisíveis experimentam sintomas internos, como fraqueza, fadiga, tontura, dor, disfunções cognitivas e dificuldades de aprendizagem. Indivíduos com deficiência visual e auditiva leve podem não tornar suas deficiências tão óbvias quanto os casos mais graves. Outros indivíduos com deficiências invisíveis incluem os doentes mentais e os emocionalmente instáveis. Indivíduos com deficiências invisíveis podem ter limitações leves ou severas que inibem sua interação com outras pessoas e seu ambiente.

TIPOS DE ACESSIBILIDADE

Diante de variados tipos de deficiência há, naturalmente, uma variedade de acessibilidades. Para Sassaki (1997, p. 42), a inclusão refere-se ao “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir as pessoas com deficiência e,

simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Existem seis dimensões de acessibilidade que a sociedade deve garantir para que qualquer pessoa, com ou sem deficiência, possa circular com autonomia:

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: ausência de barreiras físicas e no transporte. É a forma de acessibilidade sem barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual. Para isso, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão e outras tecnologias assistivas. É a acessibilidade que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA: ausência de barreiras nos métodos e técnicas de trabalho ou de vida diária. Sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar).

ACESSIBILIDADE INSTRUMENTAL: ausência de barreiras nos instrumentos de trabalho ou de vida diária, como utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva etc.).

ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA: muitas vezes imperceptíveis, embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais etc.).

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: ausência de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações em relação às pessoas em geral, sendo, para tal, importante realizar ações de sensibilização, conscientização e acompanhamento.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA: Não é uma forma de acessibilidade específica. Deve permear as demais.

Para uma boa construção da acessibilidade dentro de qualquer instituição, é preciso ter conhecimento dos tipos dela, como cada uma delas pode ser

implementada em diferentes partes do museu e entender como cada uma delas é direcionada e pode atender diferentes tipos de deficiência. A acessibilidade não é um molde, onde apenas uma auxilia todos PCDs, um cadeirante pode não precisar de audiodescrição e etc. O grande benefício da atitudinal é que, ela sim, pode ser usada em toda ocasião e para qualquer tipo de deficiência.

2. ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS BRASILEIROS

Leis e normas brasileiras que regem a acessibilidade

O Brasil começou a criar leis e decretos para a pessoa com deficiência tardiamente, apenas em 2015 ocorreu a publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

De acordo com o artigo 53 da Lei 13.146 (BRASIL, 2015), a acessibilidade é *“um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”*. Já o artigo 54, estabelece que estão sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei, e de outras normas relativas à acessibilidade, sempre que houver interação com a matéria nela regulada.

O artigo 55 desta mesma Lei (BRASIL, 2015) também refere que a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

Os artigos 56 da Lei 13.146, (BRASIL, 2015) e 58 da Lei 13.146, (BRASIL, 2015) também reforçam a importância da acessibilidade para pessoas com deficiência na construção, reforma e ampliação de edificações de uso público ou privado. Para garantir a acessibilidade, o artigo 3º dessa mesma Lei fala da NBR 9050. A Norma Brasileira - NBR 9050 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que se encontra em sua terceira edição (de 11.09.2015 e válida a partir de 11.10.2015) e trata de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto,

construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade (ABNT, 2015).

O tema da acessibilidade está previsto, assim, na legislação vigente no território nacional, bem como em normas, declarações, recomendações e tratados internacionais. De modo especial, o tema está presente ainda no Estatuto de Museus, Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que decreta

Art. 35. Os museus caracterizam-se pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente” E também “Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros: k) de acessibilidade a todas as pessoas. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) (BRASIL, 2009)

O Decreto 8124/2013, que regulamenta a Lei, no Parágrafo Único do Art. 23: *“os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do caput ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.”* Segundo o Decreto, todos os museus devem realizar o planejamento anual e dispor do Plano Museológico que pressupõe o tratamento dos recursos para implantar e manter a acessibilidade universal. Os Programas de Acessibilidade se inserem neste contexto.

Desta forma, deve constar no Plano Museológico um documento que apresentará as metas e recursos de tecnologia assistiva que o museu se propõe a implementar. Também deverá conter a sua visão frente à inclusão e a acessibilidade e sua característica como um museu acessível ou um museu inclusivo.

Entretanto, o tema da democratização e do acesso aos bens culturais não é novo; ao contrário, é tema antigo, que ao longo do tempo vem passando por sistemáticos processos de renovação dos pontos de vista conceitual, político, social, jurídico e tecnológico. Porém, no Brasil, só veio a ser reconhecido como um direito garantido por lei no ano de 2009, o que pode ser considerado um pouco atrasado. No entanto, devemos reconhecer que o poder público reconhece a pessoa com deficiência e tenta, ao mínimo, cumprir o dever de garantir os direitos legislativos de PCDs.

Ao longo desses anos, diversas iniciativas foram inseridas, como por exemplo, segundo o *Caderno de Acessibilidade - Reflexões e experiências em exposições e museus* o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MACUSP) organizou, na década de 1980, uma exposição de esculturas originais de seu próprio

acervo, que foi considerada uma das iniciativas pioneiras de inclusão de públicos com deficiências visuais nesses espaços. Destaca-se, como continuidade desse programa do MAC-USP, a implantação, no ano de 2003, do *Programa Educativo para Públicos Especiais* (PEPE) do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, considerado uma referência em acessibilidade e ação educativa inclusiva para públicos especiais no atual cenário museológico brasileiro. Tais projetos tipicamente eram realizados em colaborações ou orientação de instituições ou escolas especializadas em deficiências específicas, tendo em vista as questões de acessibilidade dirigidas primeiramente ao acesso físico a essas instituições.

Os primeiros a adotarem essas novas concepções de interatividade com os objetos e participação do público nas exposições foram os museus científicos, devido ao seu caráter experimental, tanto no Brasil como no exterior. Esse primeiro passo foi de extrema importância, pois seguindo essa tendência, os museus de arte passaram, gradualmente, a incluir em sua programação exposições temporárias direcionadas aos públicos com deficiências visuais e a permitir a esses visitantes o ato do toque em esculturas originais previamente selecionadas, pertencentes ao acervo desses museus, ou cujo artista, expositor ou curador incluísse na mostra essa proposta.

Essas novas concepções tiveram um papel relevante para a inclusão de públicos com necessidades especiais, já que o caráter multissensorial dos objetos culturais passou a ser também um recurso facilitador da compreensão dos conteúdos apresentados nas exposições, ao estimular uma experiência mais concreta com esses objetos, o que, conseqüentemente, veio a contribuir significativamente para a participação das pessoas com deficiências nessas instituições. (FONSECA TOJAL, 2010 p. 11)

O tema acessibilidade em espaços museológicos, embora venha recebendo relevância dentro de uma política cultural e com as teorias da museologia contemporânea, permanece escasso em projetos de acessibilidade e a produção de material acadêmico. Aliada a isso, tem-se a ideia de que as implementações de projetos de acessibilidade tem um custo muito elevado, o que pode ser contornado, por exemplo, com acesso a editais que favorecem projetos de acessibilidade e com o incentivo para a submissão por uma pessoa com deficiência (sendo funcionária da instituição), como no caso do edital do estado de Pernambuco Funcultura Geral 2021/2022.

Definir uma justificativa para a falta de acessibilidade em museus no Brasil pode ser uma tarefa complicada, pois a realidade de cada instituição é diferente, mas se observarmos bem podemos notar padrões para a sua falta. O problema mais

comum que dificulta a aplicação da acessibilidade são os espaços museológicos que foram, em sua grande maioria, desenhados e construídos de formas padronizadas, não pensando nas variações físicas, intelectuais e outras diferenças existentes entre os indivíduos, como, por exemplo, as diferentes idades, alturas, os diversos níveis cognitivos, assim como os diversos graus de comprometimento da mobilidade física, o verdadeiro cubo branco³. Amanda Fonseca Torjal em seu artigo escrito “*Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus*” também levanta outra dificuldade sobre a falta de acessibilidade arquitetônica

Os inúmeros obstáculos presentes em um espaço público prejudicam a circulação, utilização dos serviços disponibilizados, o conforto, bem-estar e a fruição do espaço por parte do público com comprometimentos em sua mobilidade física, sejam eles temporários ou permanentes. Além disso, grande parte dos edifícios que abrigam museus são construções antigas, muitas delas tombadas pelo patrimônio histórico nacional, o que dificulta ainda mais a realização de reformas e adaptações que visem à eliminação das barreiras arquitetônicas” (FONSECA TOJAL, 2010 p. 13)

Sabemos que a acessibilidade deve – por lei – estar presente dentro do museu. Os problemas que causam a falta de acessibilidade não são discutidos o suficiente e para muitos a solução para tais problemas é simplesmente resolvido com uma rampa. Embora a remoção das barreiras arquitetônicas seja um bom começo não é o bastante. E é partindo desse ponto que podemos começar a explorar a acessibilidade atitudinal como ferramenta essencial para melhoria do funcionamento da acessibilidade no museu.

A acessibilidade atitudinal como ferramenta essencial para os museus

O conceito da acessibilidade atitudinal está profundamente relacionado com as barreiras e a falta de noção do comportamento apropriado diante da pessoa com deficiência, causando conseqüentemente a exclusão desse grupo na sociedade. É de extrema importância a conscientização dos indivíduos quanto à obtenção de um maior conhecimento e convívio com as diferenças físicas e sensoriais dos seres humanos, é a partir dela que os outros tipos de acessibilidade começam – a atitudinal está diretamente em nós quando percebemos que algo poderia ser feito para dar a equidade do próximo, é ter a sensibilidade de pensar no próximo.

³ De acordo com a obra de Brian O'Doherty (), o cubo branco são os próprios museus, galeria de artes e espaços expositivos. Não há artista que não tente inserir seu trabalho neste espaço – pois para se “viver” de arte, devemos ser aceitos e consagrados pelos olhos destes senhores brancos, precisamos nos institucionalizar.

Acessibilidade atitudinal: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. (SASSAKI, 2005, p. 23)

Para que a adoção dessa atitude seja comum a todos os funcionários da instituição, é importante orientá-los sobre como se relacionar, conduzir e orientar esse público-alvo dentro do museu. Museus inclusivos recebem todos os tipos de visitantes, a despeito do seu perfil, é seu trabalho tornar o conteúdo nítido para eles da melhor maneira possível. Os profissionais são aqueles que podem fazer isso, adaptando qualquer obstáculo, seja uma pintura, uma escultura ou um documentário, os museus precisam tornar a cultura acessível a seus visitantes. Receber visitantes com perfis diferentes significa ter uma equipe treinada para melhor atendê-los de acordo com suas necessidades.

Ao considerar a relação e a dinâmica profissional dentro do processo de inclusão social, cabe a toda instituição cultural incluir profissionais com deficiências em seu quadro de funcionários. Devemos registrar que, por mais importante que seja a garantia do direito ao acesso aos museus, e por mais abrangentes que sejam as medidas adotadas para facultar as pessoas de todos os tipos de acesso físico, sensorial e cognitivo às instituições museais, essa garantia continuará precária enquanto os processos de criação de projetos e museus continuarem sendo operados exclusivamente por determinados grupos sociais, economicamente privilegiados e politicamente dominantes.

Então é de extrema importância dar início a integração da acessibilidade atitudinal buscando analisar o conhecimento da equipe sobre pessoas com deficiência, a pergunta feita no começo da monografia é um ótimo ponto de partida para determinar os quão adequados os funcionários do museu para receber a pessoa com deficiência. A falta de conhecimento cria a generalização. Isso, por sua vez, cria barreiras à plena acessibilidade no Museu.

A acessibilidade atitudinal também se torna essencial quando percebemos que em um mundo ideal, todo museu teria a capacidade de atender a qualquer visitante que entrasse por suas portas, mas não é tão fácil. Por isso, enquanto esperamos por um mundo cheio de museus inclusivos e acessíveis, precisamos entender que não há como mudar o mundo da noite para o dia de forma mágica, mas educar e conscientizar aqueles que trabalham dentro da instituição não requer reformas no

espaço ou grande investimentos financeiros, por isso a importância da acessibilidade atitudinal a qual consideramos a mãe de todas as acessibilidades.

A primeira exclusão advém dos próprios mecanismos constitutivos da sociedade capitalista, que relega extensos contingentes populacionais à condição de miséria absoluta ou, no máximo, de subsistência. A segunda se deve à presença de “diferenças restritivas” nas pessoas com deficiência, nas áreas física, sensorial, cognitiva ou, ainda, comportamental, distinções que se revelam em desacordo com os padrões estabelecidos como produtivos, eficientes, funcionais ou estéticos. Essa inconformidade com os padrões não é específica para as pessoas com deficiência; da mesma forma e com as particularidades de cada caso, ela também atinge outros grupos excluídos socialmente: negros, mulheres, homossexuais, entre tantos outros (CABRAL FILHO; FERREIRA, 2013, p. 102).

Como se afirmou anteriormente, as barreiras atitudinais estão intrinsecamente relacionadas com as questões da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e, conseqüentemente, com a necessidade de conscientização dos indivíduos quanto à obtenção de um maior conhecimento e convívio com as diferenças físicas, sensoriais e cognitivas dos seres humanos. Em outras palavras, conviver com a diversidade é tratar todo ser humano com dignidade. Por esse princípio é que as instituições museológicas devem se pautar, orientando todas as ações nelas desenvolvidas. Então podemos estabelecer por fim que a acessibilidade começa com a preparação da equipe que trabalha no museu.

Minha equipe e eu nos propusemos a criar uma mudança de atitude na maneira como nossos colegas pensam sobre deficiência, igualdade e inclusão. Sabíamos que as pessoas com deficiência frequentemente relatam que barreiras como comportamentos paternalistas, equívocos e estereótipos são o maior desafio que enfrentam na sociedade, por isso queríamos abordar isso de frente. (ROSENBERG, 2017)

Trazer esse exemplo do MoMA não foi uma escolha aleatória, o projeto tentou uma aproximação mais orgânica com a pessoa com deficiência, desafiar a equipe e suas próprias suposições sobre deficiência e inclusão e ampliar as ideias do que significa ser um museu acessível. Procuraram adotar o modelo social da deficiência, que enfatiza que limitações e deficiências são parte normal da condição humana e que o que realmente incapacita as pessoas são barreiras sistêmicas, atitudes negativas e exclusão da sociedade. Sistematizar a acessibilidade, ao invés de ajudar, pode criar barreiras ainda maiores. Enquanto as barreiras físicas são removidas, temos que nos perguntar:

Uma vez que as pessoas possam navegar fisicamente no Museu, que outras acomodações ajudarão sua visita? Que barreiras ao design universal impedirão sua experiência? Como eles serão tratados por

nossa equipe? Eles vão se sentir bem-vindos? Eles se sentirão valorizados como colaboradores do Museu? (ROSENBERG, 2017)

Ao questionar isso estamos notando para além das barreiras físicas, permitindo assim dar o primeiro passo para a construção não só de um museu inclusivo, mas também de uma sociedade inclusiva.

É de extrema importância tentar buscar a razão pelas quais a sociedade tende a ignorar e criar tantos preconceitos diante das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Observando mais de perto podemos notar que a escassez de acessibilidade está completamente atrelada a falta de conhecimento e interesse sobre o assunto, levando a solução da mesma de forma rasa. Então, partir do princípio que a sociedade – e neste caso, a equipe do museu - perca os estigmas e veja a pessoa além de sua deficiência é imprescindível e de maior interesse.

Portanto, a abordagem implantada pelo MoMA⁴ é ideal para fundamentar um projeto de acessibilidade atitudinal onde os preconceitos e estigmas são trabalhados de frente. Após essa etapa feita a equipe do museu toma consciência diante os obstáculos que ainda poderá haver dentro do espaço e dessa forma fica atenta a tais para quando uma pessoa com deficiência chegar no museu os funcionários estarão cientes e preparados para qualquer auxílio que a pessoa talvez necessite.

Proposições práticas de acessibilidade atitudinal

O planejamento de uma *ficha-diagnóstico* auxiliaria a função de orientar e identificar barreiras de acessibilidade, analisando e definindo as metas para a implantação de políticas culturais inclusivas nas instituições museológicas (FONSECA TORJAL, 2010). Os principais objetivos para a concepção e aplicação de um diagnóstico são os de:

Identificar pontos fortes e fracos na estrutura e no funcionamento da organização, compreender a natureza e as causas dos problemas ou desafios apresentados; descobrir formas de solucionar esses problemas; e melhorar a eficiência e eficácia organizacionais (ALMEIDA, 2005, p.53.).

A ficha-diagnóstico deve registrar, portanto, todos os dados relevantes que deverão ser coletados, como forma de se obter o maior número de elementos que

⁴ Site da revista de acessibilidade do Museu de Artes Modernas de Nova York:
<https://www.moma.org/magazine/articles/389>

servirão como subsídio para a elaboração de um projeto a ser implantado em uma determinada instituição.

No caso das instituições museológicas e, mais especificamente, de projetos para implantação de programas de acessibilidade e ação educativa inclusiva, todos os dados a serem coletados deverão estar baseados nos aspectos físicos, sensoriais e atitudinais, como forma de identificar barreiras e as ações necessárias para minimizá-las e/ou suplantá-las (FONSECA TORJAL, 2010 p. 17).

Os funcionários que trabalham no museu são os recomendados para fazer essa coleta, já que é de extrema importância a experiência, familiaridade e conhecimento desse responsável na instituição, pois caberá a ele coordenar o diagnóstico, desde a sua aplicação até a análise e interpretação desses dados.

Como por exemplo, tratar com o respeito que se deve a todos, sem infantilizar ou subestimar, prover informações claras e objetivas usando não só a fala, mas outros recursos, como imagens, objetos e gestos, procurando perceber a ajuda necessária em função do contexto.

Um aspecto importante a realçar quanto a atitudes inclusivas é falar dirigindo-se à pessoa com deficiência, seja criança, adolescente, adulto ou idoso, olhando para a pessoa e dando tempo para a resposta durante as interações, visitas mediadas e atividades educativas. Também respeitar o espaço e não forçar a assistência caso a pessoa fale que não necessita, e ao oferecer ser direto e cauteloso, não se aproximando abruptamente e com a intenção como se a pessoa precisasse de ajuda. São pequenas atitudes que podem fazer uma diferença extremamente impactante.

Na mediação, motive o interesse e a participação, considere os aspectos relevantes do conteúdo, acrescentando associações com algo conhecido, dando exemplos ou usando palavras de uso rotineiro. As repetições (com variações) e os lembretes podem ajudar a memorizar as informações relevantes.

É fundamental, para que o processo de inclusão aconteça e que os mediadores sejam formados para atender às necessidades dos visitantes, despertando o interesse científico em um público não usual desses espaços (NORBERTO ROCHA; MARANDINO, 2017).

É relevante também destacar que a acessibilidade em um museu não depende de boa vontade e empenho de uma pessoa ou equipe particular, mas de respaldo em

políticas institucionais e do desejo e compromisso do gestor institucional, no sentido de apoiar e garantir a realização das ações acessíveis na instituição museal.

Deficiência visual

Ao falar com uma pessoa cega ou com deficiente visual:

- Sempre identificar-se e quaisquer outros que se aproximaram com você.
- Pergunte se a pessoa precisa de ajuda e ouça instruções específicas, mas esteja preparado para que sua oferta seja recusada.
- Se estiver guiando uma pessoa, deixe-a pegar seu braço, em vez de pegar o dela. Descreva quaisquer mudanças no ambiente, como degraus, obstáculos, etc.
- Se a pessoa tiver um cão-guia, lembre-se de que o cão está trabalhando e não deve ser acariciado, alimentado ou distraído.
- **Importante:** Certifique-se de que os funcionários da frente do museu sejam informados e preparados sobre como cumprimentar e ajudar as pessoas com deficiência, isso vale para todas.
- Permita mais tempo e maior flexibilidade.
- Esteja ciente de que o brilho e a iluminação podem ser prejudiciais à deficiência visual.

Deficiência auditiva

Ao falar com uma pessoa surda ou com deficiência auditiva:

- Olhar e falar diretamente com eles, não apenas com as pessoas que os acompanham, incluindo intérpretes
- Falar claramente e usar um tom de voz normal, a menos que instruído de outra forma pela pessoa com deficiência auditiva
- Se você não entender o que uma pessoa está dizendo, peça para ela repetir ou reformular ou, alternativamente, oferecer caneta e papel.
- **Importante:** A deficiência auditiva pode variar de leve a profunda. As pessoas com deficiência auditiva podem usar uma variedade de estratégias e equipamentos, incluindo fala, leitura labial, anotações, aparelhos auditivos ou intérpretes de linguagem de sinais.
- Permita mais tempo e maior flexibilidade para treinamento e indução.

- Considere a localização da área de trabalho - permitindo que o funcionário veja as pessoas entrando na sala e situe a estação de trabalho em uma área onde haja o mínimo de ruído de fundo.

Pessoas com deficiência de saúde mental

Doença mental é um termo geral para um grupo de doenças que afetam a mente ou o cérebro. Essas deficiências, que incluem transtorno bipolar, depressão, esquizofrenia, ansiedade e transtornos de personalidade, afetam a maneira como uma pessoa pensa, sente e age. Uma pessoa com uma condição de saúde mental pode ter dificuldade de concentração, que às vezes pode ser resultado de medicação. Tente evitar situações excessivamente estressantes sempre que possível para que sua condição não seja exacerbada.

Dicas: Fornecer explicações e instruções claras e completas, por escrito, se necessário.

- Pergunte à pessoa como ela gostaria de receber informações.
- Permita mais tempo e maior flexibilidade para treinamento e indução.

Pessoas com deficiência intelectual

Uma pessoa com deficiência intelectual pode ter limitações significativas nas habilidades necessárias para viver e trabalhar na comunidade, incluindo dificuldades de comunicação, autocuidado, habilidades sociais, segurança e autodireção. A coisa mais importante a lembrar é tratar cada pessoa como um indivíduo:

- Uma pessoa com deficiência intelectual é como qualquer outra pessoa - trate-a como gostaria de ser tratado. Essa dica vale para todas as deficiências, lembre-se que elas são apenas mais uma característica humana.
- Considere o tempo extra que pode levar para uma pessoa com deficiência intelectual fazer ou dizer algo.
- Seja paciente e dê total atenção, especialmente com alguém que fala devagar ou com grande esforço.

Dicas: Permita mais tempo e maior flexibilidade para a comunicação.

- Mantenha a pressão de qualquer situação no mínimo, pois o estresse pode afetar a concentração e o desempenho de uma pessoa
- Mantenha as instruções simples e em pedaços pequenos, use demonstração e aumente a complexidade à medida que o progresso é feito

- Esteja ciente de que uma pessoa com deficiência intelectual pode estar menos ciente das informações e pode ter habilidades sociais menos desenvolvidas.
- Dê instruções verbais e escritas ou tente dar exemplos para ilustrar ideias e resumir ideias com frequência.

Pessoas com transtorno espectro autista

Autismo é uma descrição abrangente que inclui transtorno autista, síndrome de Asperger e autismo atípico. O autismo afeta a forma como as informações são recebidas e armazenadas no cérebro. Pessoas com autismo normalmente têm dificuldades na comunicação verbal e não verbal, interações sociais e outras atividades. As deficiências geralmente existem em três áreas principais de funcionamento:

- Interação social
- Comunicação e comportamento (interesses restritos e comportamentos repetitivos).

Muitas pessoas com um transtorno do espectro do autismo também têm sensibilidades sensoriais, ou seja, mais ou menos sensibilidade à visão, toque, paladar, olfato, som, temperatura ou dor. Aqueles com essa síndrome são tipicamente de inteligência mediana ou acima da média e podem mostrar uma ampla gama de comportamentos e habilidades sociais. Podem apresentar algumas das seguintes características:

- Dificuldade em fazer amizade.
- Capacidade de falar bem, oscilando entre conversar muito ou pouco, mas dificuldade de comunicação
- Incapacidade de entender que a comunicação envolve tanto ouvir quanto falar
- Uma compreensão muito literal do que foi dito. Por exemplo, quando solicitado a 'se perder', como em ir embora, uma pessoa com tal síndrome ficará confusa e pode literalmente tentar 'se perder'
- Incapacidade de compreender as regras do comportamento social, os sentimentos dos outros e de 'ler' a linguagem corporal. Por exemplo, uma pessoa com autismo pode não saber que alguém está mostrando que está zangado ao franzir a testa
- Sensibilidade à crítica
- Um estreito campo de interesses. Por exemplo, uma pessoa pode se concentrar em aprender tudo o que há para saber sobre carros, trens ou computadores

- Excentricidade.
Dicas: Estabeleça rotinas e ambientes previsíveis.
- Informe as pessoas com autismo o que está prestes a acontecer antes que ocorra.
- Narre bem o percurso

Pessoas com deficiência física

Existem muitos tipos diferentes de deficiência e uma grande variedade de situações que as pessoas vivenciam. A deficiência pode ser permanente ou temporária. Pode existir desde o nascimento ou ser adquirido mais tarde na vida. Pessoas com a mesma deficiência são tão propensas quanto qualquer outra a ter habilidades diferentes.

Dica: Sempre pergunte antes de oferecer ajuda.

- Esteja no mesmo nível ao falar com a pessoa.
- Nunca assuma que uma pessoa com deficiência física também tem deficiência intelectual.
- Peça permissão antes de tocar na cadeira de rodas ou no auxílio de mobilidade de uma pessoa.
- Não mude o tom de voz, é comum infantilizar as pessoas com deficiência, nunca faça isso

3. OMUSEU E SUA RELAÇÃO COM A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PCDs como funcionários do museu

Como já foi abordado anteriormente, o Brasil requer por lei que suas instituições museológicas incluam a acessibilidade. Porém, também precisamos reconhecer que a criação das proteções legais não garante sua aplicação, o que exigiria uma série de investimentos, planos, programas e iniciativas. Uma vez que uma lei é aprovada, ela precisa de financiamento, infraestrutura governamental, planejamento e investimento para gerar resultados. Além disso, após a implementação, a aplicação de uma lei também deve ser monitorada e avaliada. Um dado importante para ressaltar é que boa parte da gerência dos museus da América Latina não está por dentro das leis de acessibilidade dos seus países, o Brasil estando incluído.

Another striking finding was that 22.9% of the responding managers, directors, museologists, educators, and so on said they were unfamiliar with their country's laws on accessibility and inclusion of people with disabilities. (ROCHA et al, 2020) ⁵

É importante destacar isso porque a acessibilidade atitudinal deve começar na equipe do museu e a falta de interesse causa a ausência da acessibilidade aplicada, não só da atitudinal mas de todas elas. Isso nos leva a acreditar que, para promover a acessibilidade e a inclusão nessas instituições, seria importante capacitar funcionários e pessoal, aumentar a conscientização de gestores, equipe e fomentar iniciativas que familiarizem as pessoas com as leis e normas nacionais que garantem os direitos de pessoas com deficiência e seu acesso a esses equipamentos públicos.

Da mesma forma, é crucial que haja um esforço coletivo para que as instituições possam fazer mudanças e empreender iniciativas para aumentar a acessibilidade, em todas as suas formas. A ausência total do recurso de acessibilidade associado sugere que as instituições precisam implementar um maior número de iniciativas voltadas à acessibilidade atitudinal e comunicacional e devem ter políticas institucionais relacionadas.

Antes de iniciar o planejamento para desenvolver um museu inclusivo, faz-se necessário uma avaliação prévia do ambiente e a identificação do público que o

⁵ Tradução: Outra descoberta marcante foi que 22,9% dos gerentes, diretores, museólogos, educadores, etc. entrevistados disseram não estar familiarizados com as leis de seu país sobre acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência.

museu pretende receber. Assim, será possível ter um diagnóstico sobre quais recursos serão utilizados e quais profissionais deverão integrar a equipe ou serem contratados⁶.

Outra medida que pode ser adotada é o treinamento dos funcionários já existentes, é necessário que a equipe do museu possua formação em acessibilidade e em mediação acessível. Porém, nada disso será funcional se os profissionais não chamarem o público-alvo para consultoria e avaliação de seus materiais. Ou seja, se houver um piso podotátil, faz-se necessário chamar consultores cegos para testar, e no caso dos recursos não serem funcionais, o museu deverá respeitar os consultores e buscar aprimorá-los para melhor servir seus visitantes.

Ou ainda melhor, contratar pessoas com deficiência para trabalharem diretamente no museu. Não há estatísticas que informem com certeza se existem PCDs incluídos na equipe de um museu, mas podemos presumir que mesmo se houvesse essas estatísticas elas não seriam positivas. A colaboração entre a instituição museológica e PCDs causaria muito mais que apenas um impacto positivo na acessibilidade, estaria levando a inclusão para outro nível trazendo lucro como aumento moral dos funcionários e do espírito da equipe; melhoria de imagem pública; habilidades na solução de problemas trazida a equipe em qualquer problema encontrado na acessibilidade do museu (EFD, 2002)

Instituições que empregam pessoas com deficiência relatam inúmeros benefícios: não apenas produtividade, lealdade e boa assiduidade, mas também a abertura de novas perspectivas, maior conscientização de saúde e segurança, acessibilidade, aumento moral e um melhor atendimento público.

O benefício obtido com o desempenho e contribuição de funcionários PCDs superam de longe o custo relativamente barato das adaptações (muitas vezes financiadas pelo governo) que podem ser necessárias. O conhecimento das necessidades e expectativas de um setor crescente do mercado combinado com um aumento do moral e um aprimoramento dos sistemas de gerenciamento de pessoal são benefícios ao o alcance das empresas que sejam boas empregadoras de pessoas com deficiência (Unlocking Potential, publicado por EFD, 2001)⁷

Diante disso, a inclusão de pessoas com deficiência - não só como visitante mas também como membro da equipe - seria uma ótima opção. Essas pessoas poderiam agir em qualquer área da instituição, mas se seus esforços fossem direcionados a apenas a acessibilidade promover projetos e ações educativas e comunicacionais em conjunto com o museu, como por exemplo é importante que se

⁶ Em 1991 foi criada a Lei de Cotas (Lei 8213/91), disciplinando a contratação de pessoas com deficiência nas empresas (reserva legal de cargos).

⁷ Employers Forum on Disability (EFD) - <https://businessdisabilityforum.org.uk/>

façam ações de conscientização e sensibilização para a diversidade humana e oficinas de promoção de protagonismo da pessoa com deficiência.

Os educadores dos museus e seu papel na acessibilidade

Já estabelecemos que a acessibilidade dentro do museu vai além da arquitetônica e a atitudinal deve sempre ser a base fundamental do treinamento do profissional de educação dos museus. Como profissionais de tais instituições, os educadores são uma das peças essenciais para deixar os museus mais acessíveis, eles devem sempre ter em mente em como podemos aumentar o acesso dos visitantes em nosso trabalho como educadores de museus? Muitas vezes, ao pensar em acessibilidade, ficar sobrecarregado com mudanças grandes, estruturais e caras que o educador não consegue mudar no museu é comum e muitos, sequer se preocupam. Trocar de expositores, comprar novos equipamentos ou aumentar os orçamentos para fazer essas acomodações não está dentro da esfera de influência atual do educador, então o que fazer?

A publicação *Easy Access: Making Museum Education Accessible* (2018) de Abigail Diaz⁸ levanta métodos simples para fazer mudanças significativas em programas de educação para envolver melhor todos os visitantes⁹.

- “Nada para nós sem nós.”

Este poderoso ditado é usado dentro da comunidade com deficiência para mostrar a absoluta essencialidade de incluir pessoas com deficiência em sua missão de criar espaços, programas e conteúdos acessíveis. O papel do museu como aliado e defensor é ampliar as vozes de grupos marginalizados, não falar por eles. Em cada etapa, do planejamento à execução, inclua essas vozes. Faça conexões com a comunidade entrando em contato com organizações locais. Os programas se tornarão melhores por ter seus conhecimentos e experiências de vida. O museu construirá parcerias com grupos comunitários que não teria anteriormente. Criará partes interessadas em sua missão e programas. Este é um passo essencial para a criação de uma programação inclusiva, mas deve-se notar que as pessoas com deficiência não devem à sua instituição suas experiências de vida ou conhecimento e principalmente de forma gratuita. Seja claro em seu orçamento com antecedência. Se você estiver utilizando especialistas em usuários, pague-os como faria com qualquer

⁸ Abigail Diaz trabalhou em 13 instituições culturais em quatro estados. Atualmente, ela é a Diretora de Educação do Museu Marítimo de Wisconsin e do Conselho de Administração da Mesa Redonda de Educação do Museu. Você pode encontrá-la em @AbsLovesMuseums no Twitter.

⁹ Tópicos adaptados e traduzidos para o português.

consultor, ou melhor como já destacado antes, contrate-os para trabalhar dentro do museu

- Faça aliados e encontre apoio.

Tentar se conectar com a comunidade, construir networking e manter relações se provará positivamente quando for necessário a construção de projetos de acessibilidade.

- Faça perguntas melhores.

Quando os grupos visitam o museu em viagem de campo ou visita guiada, torne padrão a pergunta: “Seu grupo necessita de apoio específico em sua visita?”

Também é uma ótima maneira de obter importantes dados com isso. Muitas vezes, os visitantes com deficiência podem ficar com receio de compartilhar tais informações - porque o medo e até mesmo constrangimento é muito real de rejeição e incômodo para um museu. - os motivos são diversos como pedir demais e ser informado de que esta assistência pode não ser fornecida e logo a visita ser negada e ter que se adaptar pois o museu não poderia fornecer mais do que já está fornecendo.

Direcionar as perguntas melhor. Ao reservar uma viagem de campo, o museu deve ter uma lista/questionário direcionada de ofertas e perguntas sobre o grupo que o museu receberá. Em vez de fazer uma pergunta aberta, criar uma lista de verificação que inclui o que oferecemos. Os visitantes PCDs podem selecionar: cadernos com letras grandes, cadernos de espanhol, oportunidades táteis adicionais, transcrições ou instruções escritas, caneta e caderno, assistência auditiva, tempo extra para tarefas e uma mochila sensorial e etc.

Em seguida, é importante fazermos perguntas sobre quem está visitando nesta viagem de campo. Se estiverem em grupos os PCDs podem selecionar: meu grupo inclui pessoas que podem ser sensíveis, surdos ou com deficiência auditiva, com perda de visão, que não são verbais, com baixa mobilidade, que não são leitores, que precisam usar elevador e que usam cadeira de rodas e etc. Ao criar esta lista, estabelecemos limites sobre o que fazemos e oferecemos para acomodações. Ao fazer perguntas sobre quem está vindo, podemos planejar melhor a visita e também fazer com que a pessoa com deficiência se sinta confortável marcando quantas caixas ele precisar sem medo da rejeição.

- Desenho universal

Design universal significa que, ao criar espaços e ofertas acessíveis a pessoas com deficiência, também se tornam melhores para todos. Por exemplo, quadros

grandes são úteis para pessoas com baixa visão. Mas também não é melhor para visitantes mais jovens, visitantes mais velhos e praticamente todos os outros? Sim! Sempre que possível, faça algo que seja melhor para todos. O museu economiza tempo, esforço e dinheiro.

- Mudanças práticas

Começar fazendo mudanças práticas e de baixo custo que sigam o espírito do design universal. Certificar se possui instruções escritas em vez de depender apenas de instruções verbais. Isso pode ajudar os visitantes que podem ter perda auditiva, mas também é melhor para todos. Esses são exemplos de mudanças que custam pouco, mas podem fazer uma enorme diferença para muitos grupos diferentes.

- O acesso é mais do que deficiências

No museu, reconhecer que acessibilidade pode ser um termo holístico pode abrir mais portas para a inclusão além das pessoas com deficiência. Para tornar os programas mais acessíveis, é necessário pensar em todas as pessoas que podem não sentir que os museus são para eles. Instruir sobre a identidade de gênero, sempre estar ciente em perguntar como alguém se identifica, seus pronomes, também é inclusão.. Essas mudanças tornam o museu melhor para todos.

- Verifique seu privilégio

Se uma pessoa branca, apta e educada academicamente que trabalha em museus, é mais fácil notar que os museus, em sua grande maioria, a acolhem. É comum não sentir desconforto ao visitar um museu e nunca questionar se era bem-vindo ali. Mas parte da humildade cultural é entender que nem todos têm esse privilégio. Existem barreiras sistêmicas que impedem a inclusão plena de pessoas com deficiência, negras e da comunidade LGBTQ+ em instituições culturais e é o trabalho do educador do museu ser um aliado para quebrar essas barreiras.

- Tudo bem ser corrigido

Sim, as apostas são altas. Você não quer ofender ninguém ou deixar alguém desconfortável. Mas a mensagem que muitas vezes é que não há problema em errar. O que achamos melhor pode não ser o melhor, e às vezes é melhor apenas para algumas pessoas. Se - e quando - você for corrigido, aprenda com isso e faça melhor. Mantenha-se humilde e entenda que você vai errar. O trabalho em acessibilidade não é estático; será sempre um processo de aprendizagem.

Segundo a autora, temos muito o que fazer e levará tempo para quebrar as barreiras sistêmicas que impedem todos os visitantes de visitar, se envolver e amar os museus. Não podemos pedir às pessoas com deficiência que mudem. Eles são uma parte vibrante, interseccional e essencial de nossa comunidade. Os museus que precisam mudar. Mudança é algo bom e muitas vezes necessário, mostra que o museu valoriza o visitante, não importa quem você seja. Chega de fechar os olhos para essa comunidade de pessoas, elas existem, estão presentes na sociedade e anseiam usufruir da cultura e da arte, merecem estar presentes nestes locais e vivê-los em sua total experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa monografia foi realizada com a finalidade de propor um novo olhar sobre as questões de aplicações de acessibilidade e inclusão em espaços culturais, sobretudo museus. Devemos reconhecer a precariedade em todos os quesitos da museologia em relação a esse assunto, é de extrema necessidade mais desenvolvimento de trabalhos trazendo um novo olhar e diferentes abordagens sobre a acessibilidade. Acredito que de certa forma o objetivo proposto aqui foi atingido, principalmente se levarmos em conta que a proposta não era trazer um novo conceito, mas sim a de redirecionar o olhar para uma solução direta: apontar a acessibilidade atitudinal como instrumento para a inclusão de diversos públicos - com e sem deficiência - em um mesmo espaço cultural.

É cada vez mais notório a necessidade das instituições museológicas se adaptarem para incluir pessoas com deficiência em seus ambientes. Diversos museus começaram a sua busca por profissionais, de diversas áreas, para ampliar as possibilidades de interação do espaço com seus visitantes. Entretanto, não é uma tarefa simples e o caminho a percorrer ainda é longo.

Acessibilizar um ambiente, é uma tarefa longa e de difícil execução, que requer uma equipe multidisciplinar e tenha sensibilidade para elaborar meios acessíveis, uma vez que um museu pode ter barreiras físicas, sensoriais, intelectuais e atitudinais. Neste caso, o museu, ao invés de representar um agente em potencial de cultura, inclusão e educação, será o agente incapacitante da pessoa, porque apenas apresentará limitações e obstáculos que dificultam a participação e expressão da pessoa com deficiência. Como propôs este trabalho, a mudança de atitude, quebra de preconceitos, empatia e comportamento pode-se considerar que as demandas da acessibilidade nem sempre são onerosas ou de difícil implementação. Por isso a relevância de fomentar formações em acessibilidade e inclusão para a equipe do museu.

É necessário reforçar que as deficiências são diversificadas, o ambiente também deverá proporcionar experiências múltiplas e significativas. Atualmente vários autores da área da inclusão apontam a potencialidade do museu ofertar visitas com mediações sensoriais, pois são enriquecedoras para todos os públicos. Pensar em “todos” significa entender que a sociedade é plural e que não há homogeneidade na população. É entender que as diferenças nos potencializam e nos enriquecem enquanto seres humanos.

Garantir a acessibilidade cultural para pessoas com deficiência é garantir a dignidade humana, a possibilidade de escolha em apreciar determinada obra, de tocar em uma peça original que é importante para aquela comunidade e de ampliar o seu repertório de conhecimentos, ou seja, a pessoa com deficiência ser considerada uma cidadã e ser tratada com as mesmas oportunidades de usufruir junto com as demais.

REFERÊNCIAS

ROSENBERG, Francesca. What Does It Mean to Be an Accessible Museum. Disponível

em:

<<https://stories.moma.org/what-does-it-mean-to-be-an-accessible-museum-9e9708254dc9>>. 2017. Acesso em: 08/01/2022.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988. 2p

ABNT, 2015. Norma Brasileira - NBR 9050 – 3ª edição. 2015. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_get_erico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf> Acesso em: 12/05/2022.

BRASIL, 2015 Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com

Deficiência). 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 12/05/2022.

BRASIL, 2000. Lei 10.098. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em:

12/02/2022. BRASIL. Lei 11.904. Estatuto dos museus. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>.

Acesso em: 15/05/2022

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

WALLACE, Matthew. Types of Disability; Common Types of Physical Disabilities.

Disponível em: <<https://www.doctordisability.com/disability-types/>>. Acesso em: 11/05/2022

CORRENT, Nikolas. Da Antiguidade à Contemporaneidade: A Deficiência e as suas Concepções. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, vol. 1, nº 89, 2016.

Disponível

em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2022.

FRANÇA, Tiago. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

Disponível

em:

<<https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2022.

GUGEL, Maria Aparecida. A pessoa com deficiência e a sua relação com a história da humanidade. Ampid (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. Disponível em:

<http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

GAUDENZI, Paula; ORTEGA, Francisco. Problematizando o problema da deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade, Rio de Janeiro, p. 3062, jun. 2016.

BARBOSA, Monica Gomes de As. Os avanços da educação especial ao longo da história – Da segregação da inclusão – 2013. Monografia (conclusão de curso) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Ciências Humanas Licenciatura em pedagogia, Macaé – RJ.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos (7a ed.). Rio de Janeiro: WVA (2006).

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. Revista Inclusão. ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SASSAKI, R. K. (2006). Inclusão: Construindo uma sociedade para todos (7a ed.). Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/terminologia.php>> Acesso em: 20/02/2022.

TOJA, Amanda Fonseca. Caderno de Acessibilidade: Reflexões e Experiências em Museus e Exposições. São Paulo: Expomus, 2010. p. 11-21.

RUIZ, A. E.; LLEDÓ, C. B. (org.). Manual de accesibilidad e inclusión em museos y lugares del patrimonio cultural y natural. Asturias: Ediciones Trea, 2013.

COHEN, R.; DUARTE, C.; BRASILEIRO, A. Acessibilidade a museus: cadernos museológicos, v. 2. Brasília: MinC/Ibram, 2012. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf> Acesso em: 15 fev. 2022

CABRAL FILHO, A. V.; FERREIRA, G. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. SER Social, Brasília, DF, v. 15, n. 32, p. 93- 116, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036/11391>. Acesso em: 7 fev. 2022.

NASCIMENTO JUNIOR, J. do. Um marco para o direito à memória. In: Legislação sobre museus. 2. ed. Brasília, DF: Edições Câmara, 2013. p. 11. Disponível em: <<http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/wp-content/midia/Legislacao-sobre-Museus.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

ROCHA JN, MASSARANI L, ABREU WV, INACIO LGB & MOLENZANI AO. 2020. Investigating accessibility in Latin American science museums and centers. An Acad Bras Cienc 92: e20191156. DOI 10.1590/0001-3765202020191156

Poria, Y., Reichel, A. and Brandt, Y. (2008). People with disabilities visit art museums: an

DIAZ, Abigail. Easy Access: Making Museum Education Accessible. 2018. Disponível em: <<https://nationalemnetwork.org/blog/easy-access-making-museums-accessible/>>. Acesso em: 18/05/2022

Disabled World. Disabilities: Definition, Types and Models of Disability. *Disabled World*. (2022, April 7). Disponível em: <www.disabled-world.com/disability/types/> Acesso em: 18/05/2022.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade a museus. Brasília: MinC/IBRAM, 2012.

ROSSETTO, Elisabeth et al. Aspectos Históricos da Pessoa com Deficiência. *Educere et Educare Revista de Educação*, vol. 1, nº 1, p. 103-108, 2006.

FERREIRA, Patrícia; SOUZA, Gabriele. As pessoas com deficiência segunda as constituições brasileiras de ontem e de hoje: políticas públicas, direitos e garantias fundamentais. *Revista Via Iuris*, nº 20, p. 29-50, 2016.